

AS MEMÓRIAS NA TOCA DO TEMPO: a narração da experiência brasileira nos romances de João Ubaldo Ribeiro*

A nação é uma alma, um princípio espiritual. Constituem essa alma esse princípio espiritual, duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só. Uma delas é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos indivisa. (Ernest Renan)

UMA HISTORINHA EXEMPLAR

Era uma vez, uma terra muito grande e fértil onde um povo vivia feliz em meio à fartura e à bem-aventurança. Certo dia, aportou naquelas plagas um bando de estrangeiros fortes e cruéis que passaram a dominar as terras e águas da gente nativa, roubar suas riquezas e escravizar homens, mulheres e crianças.

Muitos e muitos anos se passaram. Foi tanto tempo que o povo esqueceu como era antes e não sabia mais sonhar o futuro, pois achava que sempre tinha sido assim.

Foi então que uma filha dessas terras, muito jovem, bela e pensadora, resolveu fazer alguma coisa contra a apatia da sua gente. Decidiu sair por aí contando as histórias de seus antepassados (que ela ouvira de sua avó), antes que se perdesse de todo a memória do passado e a esperança de um destino melhor.

Nas suas andanças, porém, ela observou com tristeza que ninguém queria saber do

IDILVA GERMANO**

RESUMO

Este trabalho discute como a experiência brasileira tem sido organizada nos romances *Viva o povo brasileiro* (1984) e *O feitiço da ilha do pavão* (1997), de João Ubaldo Ribeiro. Estas obras reúnem fragmentos da história política e da formação cultural brasileiras, dando-lhes um encadeamento novo, de modo a rever ou reforçar outras narrativas da tradição intelectual brasileira. Assim, este ensaio analisa alguns temas e mecanismos literários adotados pelo escritor para compreensão das origens e dos rumos da nação.

ABSTRACT

This paper discusses how Brazilian historical experience has been organized in João Ubaldo Ribeiro's novels *Viva o povo brasileiro* (1984) and *O feitiço da ilha do pavão* (1997). These novels gather fragments of the nation's political history and cultural development, establishing a new way of connecting these elements. The proposed connection either reviews or confirms other important narratives of Brazilian intellectual tradition. This work analyses some of the author's preferred themes and literary strategies used to interpret the origins and the course of Brazilian nation.

* Este artigo foi apresentado, com modificações, na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia-ABA (Olinda, junho de 2004), no Simpósio 11, intitulado "Antropologia e Estética: as narrativas instituintes - dos mitos às telenovelas", coordenado pelo professor doutor Eduardo Diatary Bezerra de Menezes.

** Doutora em Sociologia e Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

acontecido naquele reino - já tinha sido há tanto tempo! Em compensação, a morena (ela era morena) notou que sua presença não passava despercebida. Todos ficavam curiosos em vê-la tão moça e bonita a sair pelo mundo, sem eira nem beira. As pessoas só queriam mesmo saber da vida dela: por que ela saíra de casa? Por que não se casara? Por que então deixara seus pais e irmãos? Para onde iria depois?

Foi aí que ela decidiu contar as coisas que queria contar, mas de um jeito diferente: não contando o que aconteceu, mas aquilo que poderia ter acontecido. Então, narrou como a invasão estrangeira tinha começado, conforme ela mesma havia presenciado a chegada dos forasteiros, de que modo ela e outras moças tinham sido raptadas pelos invasores e escapado a um destino cruel.

Nos episódios emocionantes das lutas entre os heróis da terra e os opressores, procurava a palavra mais eloqüente, o tom mais pungente, seus gestos acompanhando a gravidade dos fatos imaginados.

Podiam-se ver os perigos que passara no medo do seu rosto, às vezes alguns ouvintes chegavam a reparar o brilho das lágrimas que dançavam no canto dos seus olhos amendoados. Outras vezes, deixava todos em suspense, logo na parte mais interessante da história. Outras vezes, ainda, dirigia-se a uma pessoa da roda como quem vai confidenciar uma intimidade e isso era o mote para contar a todos mais um episódio do seu repertório de histórias.

A moça ficou perplexa ao notar que os ouvintes não paravam de crescer à sua volta. Concluiu com espanto que o jeito que se conta a história era tão importante quanto a história em si. E saiu pelo mundo cumprindo seu destino de personagem de ficção.

A historinha que acabo de contar me pareceu a melhor forma de apresentar o espírito das narrativas romanescas, dedicadas à decifração do Brasil e da brasilidade. Penso que alguns romances de João Ubaldo Ribeiro (e de outros escritores brasileiros) funcionam para criar o “rico legado de lembranças” de que é feita uma nação (como afirmava Ernest Renan), mediante a recriação estética da história do país e dos modos de ser da gente brasileira.

Essas recriações têm um pé na realidade factual e outro na fantasia. Mas é fato, também, que essa duplicidade marca não apenas a ficção, mas, igualmente, a escrita histórica. É isso que o escritor vai frisar logo na epígrafe de *Viva o povo brasileiro*: “O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”. Mesclando situações históricas e fingimento literário, os romances produzem uma verdade estética que serve, inclusive, aos fins pedagógicos de conhecer o Brasil “real”. Em sentido contrário, os romances também revelam as mentiras e enganos que compõem as narrativas oficiais sobre o país, bem como desmascaram a fabricação ideológica de segmentos privilegiados da sociedade brasileira.

A morena da história pode-se chamar Maria Dafé, Dadinha ou Crescência, algumas das heroínas ubaldianas que encarnam as utopias patrióticas da sociedade brasileira, dentro do espírito de oposição

às estruturas patriarcais e autoritárias que oprimem largas populações no país, desde a colonização. São personagens femininas que, embora sintam necessidade de conhecer a história do país, ensinada na escola, também guardam a memória do povo, cultivando os saberes ancestrais geralmente silenciados nos livros. São personagens emblemáticas da necessidade de “narrar a nação”, de organizar numa estrutura lógica o aparente caos da experiência brasileira.

Como informa a tradição hermenêutica, a vivência do tempo humano só é possível na medida em que este está articulado de modo narrativo, isto é, quando o homem dispõe suas múltiplas experiências em alguma forma de ordem inteligível. E também a narrativa só é capaz de ser significativa, de fazer sentido para alguém, na medida em que captura e revela na sua forma o movimento da vida: a experiência da passagem do tempo, o ato de recordar-se e o de criar expectativas, a vivência subjetiva dos eventos e circunstâncias em que o homem está mergulhado (Ricoeur, 1994). Creio que o “tempo brasileiro” tem sido particularmente bem articulado nos romances de João Ubaldo Ribeiro, especialmente em *Viva o povo brasileiro* (1984) e *O feitiço da ilha do pavão* (1997). Sem a preocupação de fidelidade aos fatos, os dois romances conseguem condensar vastos painéis da vida brasileira, capturando o movimento real das diferentes experiências nacionais – vividas a partir dos diversos níveis e lugares sociais – que, de outra forma, seria difícil de captar. Talvez isso explique porque os romances históricos costumam ser mais atraentes que a historiografia e porque, na nossa historinha, a morena tenha optado pela ficção e suas deliciosas possibilidades de comunicação.

NARRATIVAS FICIONAIS E MEMÓRIA NACIONAL: A INVENÇÃO LITERÁRIA DO BRASIL.

As nações, como concepção histórica e social, são inventadas. Essa invenção ocorre mediante a elaboração de variados tipos de narrativas que exercem um papel de fundação dessas sociedades. Tais narrativas podem ser míticas, poéticas, científicas,

ideológicas e utópicas e, muitas vezes, um pouco de cada. Orientando-se para um passado esquecido no tempo ou vaticinando um futuro longínquo, essas narrativas participam da construção social da memória dos povos.

Agregando culturas e formas de sociabilidade altamente fragmentárias e distintas, as nações tornam-se algo em comum quando, do interior da miscelânea étnica e cultural, são compartilhados sentidos de união e familiaridade, que reduzem tal pluralidade a um acervo relativamente homogêneo de idéias sobre a terra em que se vive. Na realidade, uma nação, do ponto de vista sócio-antropológico, é um ser imaginado, uma invenção que se dá constantemente enquanto os membros de uma sociedade se pensam como unidos por laços de solidariedade.

Quando falamos em “memória relativamente homogênea”, decerto reconhecemos que uma “memória nacional” é feita de muitas memórias e temporalidades, em certos casos, agonisticamente cindidas: a celebração triunfante de umas, tristemente vinculada ao tácito soterramento de outras, impedidas de se perpetuarem no tempo. A redução desses arquivos a um repertório mais coeso se dá mediante processos coercitivos de seleção e recorte, desde os limites que se impuseram no próprio instante do primeiro registro até as revisões históricas que os sucederam.

As obras literárias são a cultura materializada de um povo e elas fabricam memórias. Não há uma anterioridade cultural que a obra erudita ou popular apenas expresse. A música popular, o monumento, as narrativas orais, o livro constroem, eles mesmos, o perfil identificador de uma sociedade e só por meio dessas positivities temos uma cultura. A “brasileidade”, isto é, a singularidade de um Brasil imaginado tem, nas obras literárias, um observatório privilegiado. Os escritores brasileiros forjaram uma tradição de auto-reflexão que acompanhou os rumos do Brasil como nação politicamente independente, e essa tradição ainda permanece na escrita empenhada de alguns romancistas.

A preocupação com o delineamento de uma fisionomia brasileira pode ser encontrada, portan-

to, na ficção contemporânea. Os romances de João Ubaldo Ribeiro mantêm um vínculo com a tradição “missionária” da literatura brasileira que é marcada, entre outras características, por uma reflexão sobre a história do Brasil (principalmente o passado colonial) e pelas influências exercidas, pela herança escravocrata e autoritária, na cultura política.

Neste sentido, os romances de João Ubaldo – particularmente *Viva o povo brasileiro* e *O feitiço da ilha do pavão* – contribuem para modelar, de forma alegórica, um vasto acervo de imagens, saberes e práticas que compõem a experiência brasileira no tempo. Em geral, as narrativas exploram a técnica da paródia para subverter a memória “oficial” do Brasil, composta de visões e lugares-comuns, veiculados pelo sistema de ensino e pelos meios de comunicação de massa. Observa-se que, nos dois romances, a narrativa é centrada na história e na cultura brasileiras; talvez não seja audacioso afirmar que o protagonista é o próprio Brasil ou a totalidade da cultura brasileira. O timbre empenhado é visível na forma como são exploradas as “versões” do Brasil pequeno e dominado – os muitos Brasis esquecidos e vencidos que, na ficção, às vezes, “dão a volta por cima”, contrariando a história factual.

É interessante notar como a representação ficcional de João Ubaldo é capaz de *revelar* quem somos nós brasileiros (nossos valores, códigos, estereótipos etc.) com grande efeito de verossimilhança. E, usualmente, o leitor ri da familiaridade que os textos evocam, em cumplicidade com o narrador. A leitura das situações brasileiras (personagens, intrigas, cenários, momentos históricos) dá a imediata sensação de coisa *verdadeira*, apesar de, freqüentemente, as narrativas explorarem o mágico e o sobrenatural.

O narrador ubaldiano parece assinalar, a toda hora, que há algo de “ficção perversa” na experiência histórica brasileira: o Brasil é uma mentira que nem a criação romanesca consegue igualar. A história do Brasil, particularmente aquela conduzida pelas elites econômicas e políticas, é uma “mentira ruim”. É uma mentira risível, mas fundamentalmente objeto de repúdio, na voz de um narrador irônico. O narrador permite que o leitor ria de sua própria desgra-

ça (como cidadão brasileiro), mas sempre deixando claro que toda a narrativa é “pedagógica”, no sentido de que tem uma inspiração conscientizadora, em última instância. A amargura que repousa sob o riso do narrador romanesco pode ser encontrada de forma mais patente no cronista João Ubaldo, num gênero que permite maior lealdade com os fatos e maior expressão pessoal do escritor. De modo geral, o sentimento pessimista de João Ubaldo traduz a experiência e a sensibilidade coletivas das elites educadas do país, que sempre oscilaram entre a esperança frustrada e o franco complexo de inferioridade com os rumos da pátria.

Contra a mentira ruim da vivência histórica brasileira, o narrador apela para as possibilidades libertadoras da mentira romanesca. A idéia é revelar o lado ficcional dos discursos oficiais sobre o Brasil (especialmente as interpretações históricas dos eventos políticos) e, ao mesmo tempo, apresentar as verdades subterrâneas que tais discursos ocultaram. De tal forma que a narrativa de João Ubaldo, além de abordar o *que aconteceu* no país, também busca o *avesso* da história brasileira: o que não aconteceu, mas *poderia ter acontecido*. Nesse empreendimento, a narrativa destaca o papel dos elementos tradicionalmente dominados: o feminino, a negritude, a miséria, e no campo dos saberes, a magia e a religiosidade popular.

CASA GRANDE & SENZALA NO RECÔNCAVO: REMINISCÊNCIAS FREYRIANAS NA FICÇÃO DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Uma das características da escrita de João Ubaldo Ribeiro e a sua fecundidade de interpretação intertextual. Em especial, suas obras dialogam com a tradição literária nacional, incluindo a linhagem dos grandes ensaios socio antropológicos, responsáveis pelas mais abrangentes interpretações do Brasil. A análise comparativa de *Casa Grande & Senzala* (1998) com os romances *Viva o povo brasileiro* e *O Fetiche da Ilha do Pavão* revela uma série de regularidades temáticas, no tratamento que as obras dão à história e à cultura brasileira.

De fato, o princípio de refiguração literária da experiência brasileira, em João Ubaldo Ribeiro, é o escrutínio das peculiaridades da formação do povo brasileiro, a partir da marca escravocrata e patriarcal. Repontam nos enredos as temáticas da miscigenação adoçada; do excesso sexual e de violência na história social brasileira (o elemento de *hybris*, tal como discutido por Araújo (1994) em sua análise da obra de Gilberto Freyre); do complexo “casa grande e senzala” e seus condicionamentos, na dinâmica público-privado no Brasil, e nas formas de dominação e exercício do poder. Com efeito, os romances focalizam o vinco profundo, resultante do longo período de escravidão no Brasil sobre a existência social e psicológica brasileira. Neste sentido, particular atenção é dada ao lugar do escravo negro (em especial, à mulher negra ou mestiça) na vida sexual e de família, no Brasil colonial. O lugar do elemento indígena na cultura brasileira também é assinalado, ganhando tratamento, muitas vezes, carnavalizante em personagens subversivas, representantes de uma forma de vida alternativa que ainda resiste à extinção.

Todo o painel cultural do Brasil é arrematado pela idéia da coexistência de forças arcaizantes e modernizadoras, conferindo uma vivência ambivalente do tempo e da experiência nacionais. Aqui, a imaginação criadora procura dar corpo à vivência do tempo brasileiro, explorando os sentidos de utopia e utronia, soterrados ao longo da história nacional. O sobrenatural e o fantástico servem como recursos para transfigurar os sonhos coletivos e as possibilidades históricas não viabilizadas: um Brasil mais justo e igualitário.

As marcas patriarcais e escravocratas tratadas por G. Freyre podem ser examinadas em toda a narrativa de *Viva o povo brasileiro*, sob estilo irônico. O romance inicia com uma paródia da história da Independência do Brasil que subverte o seu discurso oficial. O Alferes José Francisco Brandão Galvão, herói da Independência, morre baleado pelas bombas portuguesas, em 10 de junho de 1822, na Ponta das Baleias da Baía de Todos os Santos e é tornado herói, sem que a sua vida justificasse a glória postu-

ma. Como nos manuais escolares, a morte do alferes é romanceada, acrescida de motivos, gestos e detalhes honrosos: o jovem que o povoado se acostumou a chamar de alferes seria um revolucionário contra as forças portuguesas inimigas, guardando as costas brasileiras e teria, antes de morrer, perorado às gai-votas palavras “nobres contra a tirania e a opressão”, milagrosamente registradas e desde então lembradas pelo povo do Recôncavo.

Para explicar as raízes do “caráter nacional”, Ubaldo constrói um mito da origem e da trajetória da consciência nacional rumo à emancipação e à certeza de uma singularidade brasileira. Na cosmogonia do narrador, a alma recentemente gerada do meio da grande sopa cósmica vai para o “poleiro das almas”, de onde parte para encarnar em um ser vivo. As alminhas não têm nacionalidade, nem qualquer saber. Têm, basicamente, um instinto, que é o de “descer” à Terra para reencarnar em corpo vivo – útero, ovo, semente – para, a partir desta corporificação, aprender.

É possível que a primeira encarnação da alma brasileira tenha sido a de um macaco ou papagaio, embora se pretenda que tenha sido a do alferes, feito herói nacional. De fato, a hipótese mais “plausível” é que a primeira pessoa que a alma animou tenha sido uma índia tupinambá, nos idos da colonização, e que acabou sendo estuprada e morta por oito brancos, antes dos doze anos. Sucederam-se outras tantas encarnações como índio, depois como caboclo canibal, sendo tão mal-sucedidas, que a alminha “fez tenção firme de evitar o Hemisfério Austral”. Mas, uma que ela não aprendera efetivamente nada, acabou revoadando ao léu e sendo atraída pela barriga da mãe do alferes.

O sentimento de singularidade e orgulho nacional se constrói, assim, através de gerações de personagens que virão até a contemporaneidade. A narrativa transcorre entre 1647, momento ilustrativo da colonização e principalmente da catequese jesuítica, até 1972, período que marca a vida nacional contemporânea. Ao longo desses séculos de formação nacional, o narrador conta as histórias de gerações de

brasileiros cujas vidas são marcadas por suas origens de raça e classe. Os brasileiros espoliados de hoje são os filhos e netos dos massacrados de ontem. Os que dominam o Brasil, hoje, são também herdeiros dos vencedores do passado. Assim, Ubaldo Ribeiro percorre os eventos marcantes da vida brasileira – a Independência, a Guerra do Paraguai, Canudos, a República, o período militar pós-64 – assinalando, alegoricamente, as forças sociais em luta através de personagens emblemáticas das várias classes de brasileiros. Este é um breve resumo da saga da alma brasileira, tema central da obra.

A alegoria é rica de significações. A alma brasileira, como a desastrada alma da ficção, é plasmada através da história de muitas vidas, não tendo, portanto, nascido pronta. E a certeza de sua existência é obtida no difícil caminho da aprendizagem. O roteiro é tortuoso: a brasilidade foi feita a ferro e a fogo, por meio da dominação de corpos e mentes. Aqui, a paródia deixa seu lado de farsa e comicidade para adentrar o mundo trágico, concreto das realidades vividas. O Brasil histórico consagrou a barbárie, a vileza e a mediocridade, deixando esquecidas personagens que colaboraram efetivamente para a riqueza e transformação do País.

Em *O feitiço da ilha do pavão*, numa misteriosa ilha (espaço que alude ao Brasil, como espaço sociológico e ideológico que figura a formação social brasileira), a história tomou rumos diferentes daqueles do Brasil vivido. Lá, o conquistador Capitão Cavallo, conhecedor das guerras, perseguições, intrigas e misérias da sua Europa medieval, preferiu não reproduzir a história da sua civilização, optando por libertar seus escravos e viver pacificamente entre negros e índios. Na utópica Ilha do pavão, o visitante possivelmente

(...) *estranhará ver negros calçando botas, sentando-se à mesa com brancos, tuteando-os com naturalidade e agindo em muitos casos como homens do melhor estofado e posição financeira, além de negras trajadas como damas e de braços dados com moços alvos como príncipes do norte* (F. I. P.: 17).

Somente no quilombo de um rei congo, de consciência e retórica de superioridade racial, os negros de outras nações permanecem escravos. Essa subversão da ordem – uma ilha livre e apenas um quilombo de negros escravizados por outros negros – leva à insatisfação de alguns habitantes poderosos da Vila de São João Esmoler, que preferem ver retomados os costumes escravocratas de toda a colônia. Para começar, alguns militares se reúnem para declarar guerra aos índios, a fim de mantê-los longe da cidade e livres de sua “espantosa indolência”, “falta de indústria”, de sua “natureza traiçoeira, ardilosa, velhaca e mentirosa”, vícios que podem corromper a vida dos aldeões.

Numa escrita que privilegia a linha do riso, o autor vai revelando ora os mecanismos de dominação que regem a sociedade brasileira desde o seu passado colonial (o poder da Igreja e da Coroa Portuguesa), ora os caminhos não trilhados na vida real (como, por exemplo, a abolição precoce da escravidão). Na perspectiva da utopia, a ilha surge como microcosmo nacional que se opõe aos fatos como eles *aconteceram* ou *acontecem* no Brasil, propondo o seu avesso: um reino de tolerância, de liberdade e de riqueza para todos. Mas, esse estado de coisas enfrenta poderosos interesses do resto do país e, em suas próprias terras, a ilha afronta certo número de mentes retrógradadas.

Para cada classe de personagens, a ilha ganha um significado diferente. Para o índio Balduíno, ela significa a vila São João do Esmoler com seus luxos, tornados agora imprescindíveis. Sua retórica assemelha-se à do índio Ipavu, de *A expedição Montaigne* (1982), de Antônio Callado – um índio que não quer voltar para o mato de jeito nenhum, renunciando aos prazeres da civilização. Como diz Balduíno, “O branco vem sem ninguém chamar nem sentir necessidade, traz as coisas dele, ensina ao índio, acostuma o índio bem acostumadinho e depois quer tirar tudo do índio?” (F. I. P.: 44). O índio arguto tira do mato e da memória ancestral o saber necessário para a sua sobrevivência e segurança, mas não admite ser excluído dos benefícios da vida urbana.

Para o aventureiro cansado, Capitão Cavalo, e para os estrangeiros Hans e a Degredada, sobreviventes da Inquisição, a ilha é reduto edênico, a ser protegida contra as tentativas de retrocesso dos conservadores. Para o Monsenhor e sua Mesa de Visitação, a ilha é lugar de anarquia e subversão da ordem, a ser disciplinada e devidamente colocada nos eixos.

Na vertente que reescreve parodicamente a história, Ubaldo torna grotescamente visíveis os discursos e as práticas dos segmentos dominantes. No episódio da declaração de guerra aos selvagens, registrada em ata pelo mestre-de-campo, o narrador revela a ficcionalidade da história oficial, mostrando como a versão dos vencedores é confeccionada:

Como primeiro registro, ditou uma breve história da ilha do Pavão e alinhavou algumas palavras, em anástrofes graciosamente torneadas, assíndetos arrebatados, aliteraões extasiantes e demais recursos de que a língua provê os que a defendem da mesma forma intransigente com que guarnecem o torrão natal, sobre o heroísmo de seus ancestrais, concluindo com algumas estrofes de sua lavra (F. I. P.: 61).

O desfecho da guerra é carnavalesco, de forma a marcar a “ironia da história” que pode se voltar contra os vencedores. Balduíno Galo Mau, o índio esperto, derrota os adversários, não pelo enfrentamento direto e corajoso, mas pelos meios que são possíveis aos dominados. Ele contamina a água dos inimigos com uma poção que causa uma incontrollável colite, impedindo-os de prosseguirem com os combates. O que seria uma glória para as forças militares transforma-se na Batalha do Borra-botas, com o estrondoso vexame da soldadesca, envenenada com ervas diarréicas.

Na vertente que figura, em tom de seriedade, o Brasil que poderia ter sido, o narrador edifica as personagens que defendem os valores da tolerância,

do pacifismo, da solidariedade e da auto-afirmação étnica e cultural. Crescência, a negra que se educa cultural e politicamente, a partir dos livros e ensinamentos que adquire, percebe que o grande mistério (ou utopia) da ilha é a reescritura da história noutros moldes. Ao ler sobre os horrores da Inquisição, ela reflete:

Talvez o Grande Feitiço fosse encontrar um jeito de garantir que, na Ilha do Pavão, jamais viessem a acontecer aquelas histórias horrendas, era deixar que os habitantes da ilha vivessem na liberdade e na santa paz, sem que ninguém tiranizasse ninguém. Era porventura tirar a ilha do pavão do mundo sem tirá-la do mar do Pavão, água onde mais peixe não pode haver, e das costas do Recôncavo, terra de onde o sol e a brisa nunca se vão por muito tempo (F.I.P.: 106).

As interseções entre o olhar freyriano e o ubaldiano sobre a cultura e a história brasileiras são bastante claras e facilmente rastreáveis. Aqui, destacamos como ilustração os temas da miscigenação, da sexualidade exacerbada do português e da importância da escrava negra na sexualidade do homem de extração senhorial. Em Casa Grande & Senzala, Freyre apresenta casos ilustrativos de exclusivismo ou fixação sexual do branco por negras e mulatas, reforçando, assim, seu argumento sobre a força dessa intimidade entre senhores e escravos na vida familiar do brasileiro.

Em *O Feitiço da Ilha do Pavão*, Ubaldo Ribeiro retrata essa condição de forma bem humorada, de modo a apresentar o avesso da escravidão: o domínio do branco por uma negra caprichosa e altiva. O filho do poderoso Capitão Cavalão, Ioiô Pepeu, em tenra infância foi seduzido por uma negra mais velha que servia ao seu pai. Na ocasião, a negra falou certas palavras eróticas que marcaram para sempre os hábitos sexuais do rapaz. Em todas as frequentes relações do jovem com as negras da casa e da redon-

deza, as mulheres são obrigadas a dizer as mesmas palavras. Apenas Crescência, por quem Pepeu morre de amores, se nega a dizer tais palavras, de modo que ele é impotente com ela. Crescência de fato nega a condição de objeto – que é a condição escrava – e só aceitará dizer as palavras, quando alcançar sua auto-afirmação como pessoa e o reconhecimento do rapaz quanto à relação de amor e igualdade que os une.

Viva o povo brasileiro explora a *hybris* da formação brasileira praticamente ao longo de toda a narrativa. A figura de Perilo Ambrósio ilustra de que modo sexo e violência marcaram as relações entre senhores e escravos, legando um lastro duradouro de despotismo na sociedade brasileira. Perilo Ambrósio Góes Farinha, indivíduo sádico, glutão, um patife tanto em sua vida privada quanto na pública, torna-se Barão de Pirapuama às custas da delação de sua família e de meia dúzia de mentiras sobre suas façanhas na Revolução pela Independência, reforçadas com o assassinio de um escravo para simular com o seu sangue ferimentos de guerra. Estupra a jovem escrava, prestes a casar, e corta a língua de escravos rebeldes. Sua perversidade foi exacerbada por anos de poder absoluto sobre a escravaria, mulher e agregados.

Perilo Ambrósio não suporta se submeter a qualquer limitação de seu poder, ainda que os limites sejam as pequenas regras de etiqueta social seguidas por sua mulher. Num gesto simbólico do homem que tripudia sobre a vida daqueles que tem em suas mãos, Perilo Ambrósio urina e se masturba sem censura sobre o mundo:

E não só em Antônia Vitória mijava ele, mijava em tudo, sentia que podia mijar em tudo o que quisesse, podia fazer qualquer coisa que quisesse. (...) começou a masturbar-se à janela, mal podendo conter a vontade de gritar e urrar, pois que se masturbava por tudo aquilo que era infinitamente seu, os negros, as negras, as outras pessoas, o

mundo, o navio a vapor, as árvores, a escuridão, os animais e o próprio chão da fazenda (...) (V. P. B: 90).

A narrativa de *Viva o povo brasileiro* oscila entre abordar as relações de dominação no Brasil num registro sério ou no cômico. No segundo registro, podemos acompanhar as reviravoltas das personagens oprimidas que buscam estratégias de sobrevivência, resistência e confraternização num mundo senhorial: caso do negro Capiroba, comedor de holandês e de sua filha Vu, amante insaciável de seu prisioneiro estrangeiro.

A toca do tempo e as utopias brasileiras: a metáfora dos tempos possíveis

A prosa de ficção, menos presa aos ditames da referencialidade, é hábil em veicular os desejos coletivos de transformação social, capturados e reelaborados pelo escritor em linguagem poética. Em *Viva o povo brasileiro*, a utopia é figurada não somente nas heroínas (a exemplo de Maria da Fé), mas também nos objetos, como a canastra que guarda a memória do povo brasileiro oprimido e que, no fim do romance, é violada, entornando caudalosamente seu conteúdo. Em *O feitiço da Ilha do Pavão*, a utopia é encarnada em Crescência e na "toca do tempo", uma estranha construção circular de onde se podem vivenciar outros espaços e tempos da ilha. Lá, a história pode apresentar vários desfechos, embora não possa ser manipulada pelas vontades individuais. Na esfera mágica que permite o acesso a outros mundos ou a outros momentos, os relógios da ilha param e toda a ilha parece sair do espaço geográfico usual e existir sozinha no universo:

Agora que podiam parar o tempo e sair do mundo, certamente conseguiriam na ilha tudo o que sempre almejavam, ou seja, mantê-la cada vez mais livre e livres seus habitantes, sem que tivessem sempre, apesar de protegidos pela Natureza, de temer que o mundo os alcançasse e lhes tirasse tudo o que tinham ganho e continuavam a ganhar (...)

(...) Dominavam o segredo da toca do tempo, deteriam sua marcha e desapareciam do mundo sempre que a ilha fosse ameaçada em seu destino independente e sempre mais libertário, apesar do quilombo e de Borges Lustosa, padre Tertuliano e seus seguidores. Não era dominação, era apenas uma arma contra um futuro indesejável. Parava-se o tempo, abria-se caminho para um novo futuro que, mesmo que não pudesse ser escolhido por eles, seria diverso do que o precederia (F. I. P.: 301-302).

Na linhagem de escritores empenhados na questão nacional, é particularmente visível o processo de elaboração simbólica em que se constitui a idéia de "nação". Como já foi assinalado em referência a outros contextos nacionais (Anderson, 1998; Bhabha, 1999), o Brasil pode ser entendido como um *pcde* roso artefato cultural, produzido continuamente pelo campo dos seus escritores, tanto entre aqueles que se dedicam ao ramo das ciências sociais, quanto aos que se envolvem na criação estética.

A investigação de obras literárias revela que o processo de invenção do Brasil deve ser entendido à luz da tradição do campo intelectual que fabrica, divulga e reapropria continuamente um acervo de imagens e representações sobre o ser brasileiro, ao longo da história do País. Esse acervo constitui de fato uma vasta *memória* que deita suas marcas sobre os escritores contemporâneos, fazendo tais imagens e representações ressurgirem, transfiguradas, nas obras mais recentes. De certa forma, cada obra guarda em si mesma muitas outras, produzidas noutros tempos, mas que ainda exercem influência sobre a percepção da história e da cultura brasileiras.

Cada romance de João Ubaldo parece configurar uma *toca do tempo*, no sentido de um lugar simbólico onde se cruzam os muitos momentos de interpretação da história brasileira e se desvelam os projetos e sonhos de país, irrealizados. Creio que a metáfora desse espaço sobrenatural, guardando o

passado, o presente e o futuro n' *O feitiço da Ilha do Pavão*, equivale à função *arquivar* a que Echevarría (1998) se refere, ao analisar o romance latino-americano. No romance de "arquivo", sempre há personagens e objetos que funcionam como guardiões da memória. Em *Viva o povo brasileiro*, temos a escrava Dadinha e o cego Faustino que representam o memorialismo da tradição oral, além de Patrício Macário, o herói arquivista, emblema do intelectual identificado com sua própria cultura:

Um menino que o fitava intensamente, parecendo ao mesmo tempo prestes a chorar, correu lá para dentro, chamando mais gente para ouvir as histórias do general, o general ia contar histórias, que histórias ele não teria para contar! Mas o general, baixando a cabeça como se estivesse olhando para alguma coisa dentro de si, disse que não, que apenas pensara em contar histórias, pois sempre soubera que não as contaria, nunca contaria histórias, isso fariam outros, sempre haveria alguém para contar histórias. Ele queria – continuou falando, a voz calada mais tênue – dizer alguma coisa sobre o povo brasileiro, pois que aprendera muito com o povo brasileiro, sabia do povo brasileiro. Mas não podia falar sobre isso, porque isso era uma vida, e uma vida só se pode viver, não contar (V. P. B.: 660).

Até sua morte, aos cem anos, Macário guarda a canastra da Irmandade do Povo Brasileiro, um repositório simbólico dos conhecimentos e vivências da vida brasileira, desde as suas origens e das desgraças reservadas à nação que despreza suas populações humildes. Como a "toca do tempo", a canastra evoca a coexistência das muitas memórias, geralmente sangrentas, de que é feita a nação brasileira. De certo modo, a totalidade dos romances aqui estudados equivale à função de tais objetos de "arquivo".

Memória e desejo sempre caminham juntos nas alegorias de João Ubaldo Ribeiro. Creio que a canastra e a toca do tempo falam também dos anseios irrealizados de gerações de intelectuais e escritores empenhados em fazer o Brasil dar certo. Assim, essas alegorias abordam as inúmeras possibilidades históricas não realizadas no Brasil, seja advertindo quanto aos perigos por vir, seja sonhando com a bem-aventurança de um Brasil futuro.

Por fim, a toca do tempo também funciona como metáfora do trabalho narrativo, no sentido de referir-se à própria atividade literária. Assim, o texto é auto-reflexivo, pois deixa clara a ficcionalidade da narrativa, revelando que a história contada pode ter tantos desfechos quantos aprouverem à imaginação criadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict (1998). *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London/New York: Verso
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1994). *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- BHABHA, Homi (1999). *Nation and narration*. London/New York: Routledge.
- CALLADO, Antônio (1982). *A Expedição Montaigne*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ECHEVARRÍA, Roberto González (1998). *Myth and archive: a theory of Latin American narrative*. Durham/London: Duke University Press.
- FREYRE, Gilberto (1998). *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- RENAN, Ernest (1997). "O que é uma nação?" In ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Cadernos da Pós/Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Volume 19, p. 12-43. Rio de Janeiro: Instituto de Letras/UERJ.
- RIBEIRO, João Ubaldo (1984). *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RIBEIRO, João Ubaldo (1997). *O Feitiço da Ilha Pavão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RICŒUR, Paul (1994). *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campinas: Papirus.